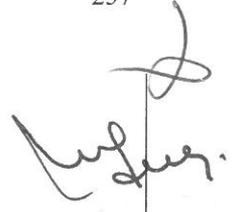


**Ata n.º 22/2019****Reunião de Câmara realizada no dia 31 de outubro de 2019**

-----

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu extraordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes e Orlando António Lopes Ferreira. A Senhora Vereadora, Ana Maria Conceição Ferreira, faltou por motivos de ordem profissional. -----

-----

Às dez horas e dezassete minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----

**1 - Ordem do Dia** -----

**1.1 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:**-----

**1.1.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação do Orçamento, das Grandes Opções do Plano e do Mapa de Pessoal para o ano 2020.** -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para tecer algumas considerações da análise que fez ao documento do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Afirmou que se nota um aumento efetivo no que refere aos impostos diretos e indiretos e recordou que, já há dois anos, referiu que a Câmara Municipal iria, dentro de pouco tempo, usufruir destes aumentos provenientes através de legislação do Governo Central. Disse que, a curto prazo, o imposto IUC irá render à autarquia como o imposto IMI, porque conhece famílias que pagam mais de IUC do que de IMI, questão esta que não se tem abordado. Assim, no seu parecer, o IUC vai ser uma fonte de rendimento interessante para as autarquias, porque o preço dos carros subiram e há impostos que duplicaram. Afirmou que, no



seu entendimento, e perante este cenário, continua a haver folga para uma potencial redução do IMI. Referiu, ainda, que da análise que fez, deu particular destaque às rubricas para as quais havia prestado contributos para o orçamento. Pediu esclarecimentos relativamente às verbas inscritas para a Qualificação e Ampliação do Parque Carlos Reis, Estudos e Projeto e Infraestruturas e Mobiliário Urbano. Mencionou ainda o facto de se verificar que a Câmara Municipal vai ter alguma poupança das águas e resíduos a transferir para a APIN – Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior. Concluiu a sua intervenção dizendo que o orçamento se apresenta ambicioso e, apesar de haver algumas divergências, também há algumas convergências. -----

**O Senhor Vereador Rui Lopes** começou por dizer que desde que se encontra em funções no Órgão Executivo, este é o Orçamento que se apresenta mais difícil, não por questões financeiras, mas pela mudança de paradigma que implica que seja um orçamento de acerto ao longo do ano. A isto se deve o impacto da entrada em funcionamento da APIN, com tudo o que tem de bom e mau. No entanto, afirmou que foi uma decisão tomada, um passo político assumido, uma questão estrutural pensada e ponderada e cada vez mais, tem a certeza, e tem partilhado isso com o Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, que, efetivamente, era o único caminho para que as autarquias passassem a ter níveis de sustentabilidade aceitáveis e que a água, futuramente, seja encarada, como um bem precioso, à semelhança de outros bens disponíveis, tais como a eletricidade e o gás. Sublinhou que isto leva a que todos tenham uma maior capacidade de compreensão e adaptação acrescida de uma imprevisibilidade neste orçamento. Em relação à manutenção dos níveis de impostos disse que permitem dar margem para encarar este ano numa perspetiva de encontrar um patamar de equilíbrio com estas mudanças.-----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** reiterou as palavras proferidas pelo **Senhor Vice Presidente, Rui Lopes e Vereador Victor Carvalho**, sublinhando a transferência das águas, saneamento e resíduos para a APIN e o facto deste orçamento ser ambicioso. Reforçou, no entanto, que é ambicioso mas consciente, nos objetivos para bem dos Lousanenses e para trazer mais riqueza para o concelho. Realçou as diversas áreas dos seus pelouros, salientando, o Centro de

Acolhimento Animal, o contínuo reforço no âmbito da Proteção Civil que também está refletido, nomeadamente, no aumento das valências do Aeródromo Municipal, no ambiente, através de vários projetos, tais como a Ribeira de S. João e o Rio Ceira, adaptações necessárias às alterações climáticas que têm que ser concretizadas no terreno, a reflorestação florestal, o turismo, com a valorização do Complexo da Senhora da Piedade, entre outros. -----

**A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** interveio reiterando as palavras antes proferidas e reforçou a questão da água e do papel que estas políticas agora assumidas têm com a educação para o futuro, sendo a água uma preocupação mundial e na ordem do dia. Acredita também que estas decisões, independentemente de serem locais, têm, igualmente, a missão de fazer caminho para aquilo que é uma exigência global e de futuro. Reforçou o papel preponderante que têm no orçamento as funções sociais, nomeadamente no apoio e acompanhamento ao ensino não superior, transversal a todas as crianças do Município, através do Programa de Sucesso Escolar, que também é um programa ambicioso e que implica um investimento grande por parte do Município. Sublinhou ainda todos os serviços auxiliares de ensino, que são uma resposta às necessidades das famílias em geral, e às famílias mais necessitadas, em particular, nomeadamente, ao nível dos transportes, refeições, materiais, atividades de apoio à Família, ação social escolar e também os apoios aos segmentos de população mais vulneráveis, nomeadamente a população idosa, no âmbito da ação social. Referiu ainda a importância que a Cultura e o Turismo também assumem no orçamento: sendo áreas de promoção e desenvolvimento do território são, também, garantia da sustentabilidade do investimento.-----

**O Senhor Vereador Orlando Ferreira** usou da palavra e referindo-se ao documento em análise disse que reforçava as palavras dos colegas que intervieram antes e afirmou que lhe apraz registar o esforço substancial das verbas na área do seu pelouro, para realizar trabalho com os jovens, que serão os futuros decisores e empreendedores do concelho.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio começando por agradecer todas as considerações e disse que a leitura da Nota Introdutória e do Relatório, uma vez que são detalhadas o mais possível, permite a qualquer um ter uma noção bem

clara daquilo que se perspetiva com este orçamento e ficar contextualizado. Sublinhou que se trata de um orçamento previsional, mas a preocupação ao longo dos tempos é que, o mais possível, reflita a realidade e que tenha a melhor execução real substantiva. Sublinhou que está manifesto no orçamento a ambição de poder contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento sustentável e sustentado do concelho conjugando uma componente de investimento imaterial com uma forte componente material que tem expressões a vários níveis, especialmente, na Regeneração Urbana e em alguns projetos como o Centro de Acolhimento Animal, a Requalificação de Instalações Desportivas e projetos de valorização turística. Sublinhou que é um orçamento ambicioso, e que conforme já foi referido, há serviços de águas, saneamento e resíduos que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deliberaram delegar na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior e que neste orçamento já está refletido, a vários níveis. Quanto à expectativa da diminuição de despesa, disse que só ficará mais clara ao longo do próximo ano, por outro lado, há receitas que a Câmara Municipal deixa de cobrar, nomeadamente as receitas das águas, saneamento e resíduos. Relativamente aos impostos diretos e indiretos confirmou que há um ligeiro aumento. Sobre o IMI, e contrariamente ao que era dito, mantém-se estável. Disse ainda que atendendo à alteração da Lei das Finanças Locais, mudança de impostos, nomeadamente, decisões governamentais, e este período de transição em termos de gestão destas áreas passarem para uma empresa de gestão intermunicipal e a necessidade de autofinanciamento para fazer face a investimentos na valorização, atratividade e competitividade do concelho, há que haver alguma ponderação e cautela e deixar evoluir e estabilizar algumas situações para melhor poder analisar a política fiscal do Município. Relativamente à Qualificação e Ampliação do Parque Carlos Reis, informou que é um objetivo que tem o financiamento definido no valor de mil euros e a definir no valor de cinquenta mil euros que poderá não ser gasto. Está sinalizado porque tem significado e interesse, mas, neste momento, não há nada que permita definir a rubrica com outros montantes. Sobre os contributos apresentados pelo **Senhor Victor Carvalho**, assim como as outras forças políticas representadas na Assembleia Municipal, de apoio às IPSS disse que continuam a ter expressão e estão evidenciadas no documento com a dotação de um valor que

poderá responder às necessidades, objetivos e empreendimentos das mesmas. Na área da Proteção Civil, o montante de dotação proposto é superior ao sugerido pelo Senhor Vereador do Pelouro e destina-se às operações de limpeza de faixas de gestão de combustível. Salientou o apoio às famílias, que têm sido uma prioridade e tem sido uma marca nos orçamentos com continuidade e consistência. Está refletido na percentagem das funções sociais que ronda os sessenta por cento, em diversas áreas e de forma transversal, desde o ensino, apoio às famílias e a outras atividades ou programas que são desenvolvidos com a população sénior. Deu ainda nota que está previsto, ainda no âmbito de apoio às famílias, o apoio aos estudantes do ensino superior e apoio à natalidade. Acrescentou que, embora o Concelho da Lousã não apresente dados que impliquem a necessidade de aplicar esses incentivos, como existem em outros concelhos, ainda assim, irão ser implementadas algumas medidas de sinalização do interesse e sensibilidade em reconhecer a importância da questão demográfica. Sublinhou que, no próximo ano, a área de investimento de capital físico com maior impacto será a Regeneração Urbana. Referiu, ainda, outros projetos, como o Sistema de Mobilidade do Mondego e a melhoria das acessibilidades rodoviárias no âmbito de um protocolo entre a CIM – RC e as Infraestruturas de Portugal. Concluiu, dizendo que um orçamento no montante dezoito milhões e quinhentos mil euros é revelador da ambição de concretização de projetos que constituam uma mais-valia para o concelho e para os Lousanenses. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** pediu a palavra a fim de aclarar a sua intervenção no que diz respeito à subida da receita do IMI, afirmando que não se recorda de em algum momento o ter dito. Esclareceu que a receita de IMI já subiu o que tinha a subir, infelizmente, porque até se conseguir captar mais pessoas para o concelho, a construção voltar a fluir e haver novas aquisições de imóveis, a receita de IMI sobe apenas de forma residual.-----

**O Senhor Presidente** respondeu que não disse que foi o **Senhor Vereador Victor Carvalho** que o afirmou. Recordou, no entanto, que toda a gente dizia que as reavaliações iriam provocar um aumento da receita, facto que não se veio a verificar. Quanto à construção, disse que já se nota maior movimentação. Passando à votação, a Câmara Municipal por votação nominal deliberou por maioria e em

minuta, com uma abstenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e ainda submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

O **Senhor Presidente**, relativamente ao Mapa de Pessoal, disse refletir que não existe nenhuma alteração. Não havendo inscrições, passou-se à votação. A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e ainda submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

**1.1.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do pedido de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano 2020.**-----

O **Senhor Presidente** informou que esta proposta decorre de um procedimento legal, em termos de gestão autárquica. A Câmara Municipal por votação nominal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o pedido de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais para o ano de dois mil e vinte e ainda submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

**1.1.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação dos Fundos de Maneio a constituir no ano de 2020.**-----

O **Senhor Presidente** informou que os Fundos de Maneio se mantêm em linha dos anos anteriores. A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar os Fundos de Maneio a constituir no ano de dois mil e vinte. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

**1.1.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a isenção de taxas municipais, no ano**

de 2020, até ao valor anual de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), nos termos da proposta.-----

O **Senhor Presidente** esclareceu que esta proposta é apresentada nos termos conferidos pela lei e a exemplo de anos anteriores. A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a isenção de taxas municipais, no ano de dois mil e vinte, até ao valor anual de EUR: 50.000,00 (cinquenta mil euros), e ainda submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----

**Aprovação em Minuta:** -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta a presente ata a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta e quatro minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

